

# Nossa palavra é sim

Michèle Sato<sup>1</sup>, Michelle Jaber, Regina Silva, Imara Quadros, Lúcia Shiguemi Kawahara, Ronaldo Senra, Roberta Simione, Mariléia Taiua Peruare, Jorge Ramires-Jr. e Graciela Acco

## Resumo

O projeto intitulado “Territórios e temporalidades de Mata Cavalo” possui 3 dimensões interligadas na dinâmica da pesquisa, do processo formativo e das táticas de vivência comunitária. Em 2007, iniciamos um amplo processo investigativo de reconhecimento da identidade territorial do quilombo Mata Cavalo e o ano de 2008 inaugura a fase formativa por meio de diálogos de saberes. O presente artigo discute o entrelaçamento da educação e do racismo na plataforma ambiental e ousa orientar-se por táticas participativas que possam minimizar os impactos socioambientais do local, construindo saberes para que os remanescentes de escravos possam ser autônomos no cuidado e proteção de seus territórios e de suas identidades.

**Palavras-chave:** Educação ambiental. Racismo ambiental. Quilombola Mata Cavalo.

## Abstract

The titled project “Territories and temporalities of Mata Cavalo” hold 3 linked dimensions in the dynamics of the research, the formative process and the tactics of communitarian experiences. We started the project under research dimension in 2007, aiming to recognise the identity on the territory of Mata Cavalo ‘quilombo’, a field place of reminiscent of black slaves. The year of 2008 inaugurates the formative phase by means of dialogues and sharing knowledge. The present article argues the interlacement of the education and of racism in the environmental platform, and it dares to orient itself through participatory tactics that can minimize the social and environmental impacts for the remainders of slaves can be autonomous for caring and protecting their territories and their identities.

**Keywords:** Environmental education. Environmental racism. Mata Cavalo ‘Quilombola’.

1 Professora e pesquisadora em educação ambiental do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT, coordenadora do projeto “Territórios e temporalidades de Mata Cavalo”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso, FAPEMAT [<http://www.ufmt.br/gpea>].

A dor é uma coisa real  
que a gente está aprendendo a abraçar  
e não temer

A gente sofre  
a gente luta  
pois nossa palavra é sim

A gente ama  
a gente odeia  
mas nossa palavra é sempre sim

(Sim, por Raul Seixas)

O vinho pode ser antigo, apenas em uma garrafa com um novo rótulo: racismo ambiental. Mas, ainda que o enredo seja o velho conhecido, recusamos-nos a perder nossa indignação. Na nossa luta entre o amor solidário e a raiva contra a injustiça, o intelecto se reveste de sentimento. Nossos sonhos se entrelaçam com a história de uma comunidade remanescente de escravos, e enfrentamos nossas dores misturadas às deles, na eloqüente busca de dizer sim à inclusão social com proteção ambiental.

O quilombola Mata Cavalo consta no mapeamento inicial realizado por Ribeiro e Pacheco (2007) e localiza-se no município de Nossa Senhora do Livramento, no estado de Mato Grosso. Encontra-se próximo à rodovia MT-060 que dá acesso ao município vizinho de Poconé (FERREIRA, 2001). Mata Cavalo possui 11.722 hectares e é dividida em seis associações distintas matriculadas em cartório: Mata Cavalo de Cima; Ponte da Estiva (Fazenda Ourinhos); Ventura Capim Verde; Mutuca; e Mata Cavalo de Baixo. As seis associações formam o complexo Quilombo Boa Vida Mata Cavalo.

Embora o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2006) relate que a área de Mata Cavalo apresenta porções de áreas intactas de preservação florestal, nossa percepção é diferente, pois há somente uma pequena parcela conservada na região que atuamos. Grande parte dos danos ecológicos existentes na área da antiga terra de sesmaria foi causada pelos fazendeiros da localidade, tais como: assoreamento dos rios, desmatamento de extensas áreas para criação de gado, destruição das nascentes, desmatamento das matas ciliares nos córregos e rios, queimadas, pesca com rede e contaminação dos rios. Garimpeiros, grileiros e sem-terra também foram responsáveis pela degradação do ambiente biofísico da localidade, ora perfurando o solo a procura de minério causando o surgimento de extensas erosões, ora destruindo nascentes e desmatando a mata ciliar de rios e córregos. A opressão é um fenômeno pulsante em Mata Cavalo, e a história e as narrativas pessoais revelam que a dor racial é somada ao processo de injustiça socioambiental.

Para além de uma definição estruturalista de que quilombola é somente um espaço geográfico de descendentes de escravos, a interpretação do conceito tem assumido novos significados à luz da atual condição dos negros (NASCIMENTO, 1980). Na consideração de Siqueira (2008), o termo quilombola tem origem na palavra africana “*Mbundu*”, e provavelmente imprime um significado de uma sociedade iniciativa de jovens guerreiros africanos. A autora define quilombola como comunidades negras rurais descendentes de escravos, e utilizando-se do termo “comunalismo africano” (p. 5), explicita que a forma associativa conta com uma organização social na sustentação do legado africano pelos genuínos grupos de resistência política e cultural. De acordo com o Observatório Quilombola<sup>2</sup>, após a Constituição Federal de 1988, o movimento negro e demais movimentos associados à questão racial têm utilizado o termo quilombola para designar uma herança cultural e material que lhes confere um sentimento de pertencimento a um território e identidade, e não somente aos resquícios arqueológicos de ocupação das terras ou de comprovação biológica da raça. O Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) acata as recentes orientações, transcendendo seus universos para que um quilombo possa também ser um território poético de identidades existenciais. Amiúdam-se, coladas à civilização passada, a constrangedora memória de uma das piores atrocidades humanas. Porém, carregam também os desejos de quem aguarda superar um sistema perverso pela justiça, ainda que tardia nas imposturas ardis e tempos fugidios.

Nos corredores dos labirintos da alma, o ano de 1982 registra o ato corajoso do reverendo cristão Benjamin Chavis, preso porque estava tentando frear o descarregamento de substâncias tóxicas do PCB (*polychlorinated-biphenyl*) próximas a uma região periférica, eminentemente de moradores negros (WIGLEY; SHRADER-FRECHETTE, 2008). O protesto aprisionou 500 manifestantes na Carolina do Norte, encharcada pela corajosa desobediência civil em protestar contra os danos socioambientais. Mas a tragédia deu prosseguimento, e diversos casos de injustiça ambiental foram mapeados nos Estados Unidos da América (EUA), explicitando uma série de doenças que afetaram a saúde humana em função da toxicidade, oriunda tanto da agricultura como da industrialização. Somente uma década mais tarde, o ex-presidente dos EUA, Bill Clinton, assinava um plano nacional de justiça ambiental para todos os cidadãos americanos, especialmente os economicamente desfavorecidos, que no cenário representavam a maioria negra. Demorou, mas a legislação acompanhou e atendeu ao movimento de base, internacionalmente também chamado de “raízes verdes” (*grassroots*).

Bullard (2000) compreende que a estratificação das pessoas (por raça, etnia, status, gênero ou poder) relaciona-se com o lucro transacional que promove os riscos tecnológicos, destruição ecológica e estabelece a vulnerabilidade econômica, na

2 O que é um quilombo? [<http://www.koinonia.org.br/oq/quilombo.asp>].

ausência de opções que conduz à exclusão social. De igual consideração, Robinson (2008) acredita que a globalização econômica é uma das grandes causas das injustiças socioambientais, porque as transações das corporações internacionais interferem nas estratégias, táticas e movimentos relacionados à justiça ambiental. Coincidente também é a apreciação de Beall; Crankshaw e Parnell (2000), sob o foco da construção de táticas contra o racismo ambiental na África do Sul, que relembando a herança do cruel Apartheid, afirmam que o poder econômico é o fator segregador mais perverso.

Talvez por isso, o termo “Justiça Ambiental” tenha sido mais consistente na adoção das políticas brasileiras, desde que assumindo a luta racial, estende os cenários para outros segmentos sociais que sofrem os danos ambientais, como povos indígenas, povos ciganos, ribeirinhos, atingidos da barragem ou favelas, entre outros grupos considerados marginais. O GPEA é o elo da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e nossa contribuição se alicerça no campo da pedagogia crítica, que considera a emancipação de um território para a promoção do controle social. No processo educativo do Grupo Pesquisador, a meta é aliar a pesquisa à militância, cunhando a esperança num processo pedagógico que construa conhecimentos por meio dos diálogos de saberes e que jamais se despeça da luta política. Para isso, conta com diversos pesquisadores e temáticas abrangentes envolvendo a arte, a espiritualidade, a mitologia, os direitos humanos, a participação e o controle social, a construção de indicadores que estabeleça a linha de dignidade, as relações de gênero, o sistema de comunicação e a formação de jovens e adultos que coadunem com o empoderamento político-social. Reconhecendo o mal estar das incertezas de um paradigma científico Moderno, busca acolher uma nova flecha do tempo (temporalidade), apontando à construção de subjetividades autônomas e cidadãs em territórios de lutas que promovam o reencantamento do mundo.

Na esperança de Porras (2008), o combate ao racismo ambiental está além das ciências e legislações. É preciso um amplo movimento internacional de base (*grassroots*) onde a educação tenha seu papel destacado para que estas comunidades consigam ser autônomas no gerenciamento do ambiente, por meio das táticas preventivas de saúde e de empoderamento socioeconômico. Para uma justiça inclusiva, Elzinga (1997) evidencia a educação como essencial para que a comunidade compreenda os fatores de riscos, buscando táticas que possam desafiar o poder hegemônico da exclusão social e construindo conhecimento à compreensão de que a cultura local está na completa e intrínseca aliança com a natureza.

Buscando sublinhar a importância da educação ambiental como mediadora de conflitos, Silva (1997) considera o processo educativo que desperta a relação cultura-natureza como um efetivo “discurso ambiental” em comunidades de riscos. Recupera o debate filosófico sobre a ética, considerando que a educação tradicional não é capaz de promover este discurso, e coaduna seus ideários com o que Senra (2007) considera sobre a contrapedagogia. Ou seja, uma educação revolucionária que denuncie as disparidades econômicas promovidas pela burguesia, reconhecendo os campos de

conflitos no texto histórico e buscando a libertação do sujeito oprimido na tessitura do mosaico cultural e natural.

O processo investigativo do GPEA teve início no ano de 2007, com a fase preliminar de compreender a dinâmica socioambiental do quilombola Mata Cavallo, seus territórios, identidades, lutas, aspectos históricos e ecológicos. Diversas pesquisas individuais somam-se num círculo de saberes, sob a força da formação de uma comunidade de aprendizagem. A metodologia da pesquisa é fenomenológica e sociopoética (SATO et al, 2004), nas percepções dialéticas entre o grupo pesquisador e o quilombola de Mata Cavallo, ou seja, uma pesquisa participativa que “o próprio sujeito pesquisador torna-se realidade pesquisada” (LOWY, 1978, p.17). No chão dialogante entre a universidade e a comunidade, é possível que a construção de saberes tenha várias tendências e pluralidades. Sem fixar-se num certo ou errado, Paulo Freire diria que é preciso compreender que estudar é um ato revolucionário, e requer esforços para atingir o inalcançável, como uma poesia que escrevemos espelhando o mundo, sem esquecer de suas margens, dos estilhaços, das sombras ou das inseguranças.

Sem superar esta fase, mas ainda em plena dinâmica de descobertas, a presente etapa caracteriza-se pelo processo formativo, com orientações para pequenos Projetos Ambientais Escolares Comunitários (PAEC) que demarcam os círculos de aprendizagens. Para o coletivo pesquisador e para a comunidade de Mata Cavallo, a escola não pode representar um mero parêntesis com aprendizagens alheias à luta racial. A dialética consiste em aliar a escola e a comunidade para que ambas não sejam estranhas ao currículo da escola e ao currículo da vida, mas que todos participem na construção de um saber significativo, contextualizado no bojo da dinâmica histórica que Paulo Freire (1992) chamava de “Pedagogia da Esperança”. O projeto de pesquisa visa, assim, uma intervenção somente inicial por meio de um curso de vivência comunitária, para que posteriormente, os próprios moradores desenhem e construam seus próprios projetos ambientais na ousadia da gestação educativa vygotskyana (1996). A meta é que ao lado dos conhecimentos construídos pela pesquisa, o curso formativo possibilite o desenho e a práxis de um projeto gerido (*gestatione*) no contexto de Mata Cavallo.

O curso de formação teve início em 08 de março, para aproximadamente 20 moradores adultos. Um público heterogêneo de professoras de escolas, gente que ainda não lia o mundo das letras e, majoritariamente, de participantes e lideranças femininas, compartilharam este diálogo de saberes. O curso não tem intencionalidade de “disciplinas fechadas” do currículo da escola. Porém, reconhece o campo da multirreferencialidade no currículo da vida. Assim, os temas abrangentes se apresentam em forma de cardápio, inicialmente por meio de: A) a interpretação sobre o ambiente, as visões da comunidade, a representação por meio de várias linguagens e o debate transversal no contexto global ao local, além da valorização do conhecimento biorregional. B) o contexto do território na identidade quilombola, por meio de cartas feitas manualmente pelos habitantes, com narrativas, memória e percepções que construísem a temporalidade e a territorialidade do poder de governança e cidadania.

nia comunitária para que a participação possibilite que os sujeitos possam fazer suas próprias escolhas e lutar por elas.

Os habitantes da comunidade são especialistas em reconhecer os fenômenos, fatos, dilemas e identidade culturais e por isso, necessitam de vozes audíveis para seus futuros. A educação é o coração processual que possibilita aos sujeitos perceber o ambiente em suas dimensões complexas, para que a participação seja possível nas tomadas de decisão (DIBARTOLOMEIS, 2004, p. 13, tradução nossa).

A dialética entre estas duas opções considerou o local e o global, inscritos na orientação do biorregionalismo, com um recorte local das características fitofisionômicas, porém, na relevante dimensão histórico-social do mundo. Arte, ciência, filosofia, espiritualidade e educação se fundem (e se confundem, por vezes) no emaranhado pitoresco de um grupo pesquisador da UFMT, que não foge do papel político-acadêmico, e amplia as possibilidades na transcendência de nós mesmos no diálogo educativo com uma comunidade remanescente de escravos. Se realmente tivermos o direito de sacudir e questionar o consagrado hegemônico, o coletivo educador formado quer estabelecer a trajetória e escolher os caminhos à transformação da realidade injusta. Convém reconhecer, todavia, que a liberdade aprendiz dos sujeitos não é algo finalizado, e está em consonância com a crítica de Bachelard (1972) sobre a “vigilância epistemológica”, pois não é possível transplantar um método ou uma técnica mecanicamente em todas as situações. “A direção tomada inicialmente é sempre provisória” (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES, 1995, p. 14) e esmiuçada historicamente em nossas incompletudes, conforme o ciclo espiralizado da ordem na desordem.

A dinâmica escolhida estimulava para que os participantes dialogassem entre si em grupos pequenos, usando qualquer forma de linguagem para expressar a compreensão sobre “meio ambiente”. Desenhos, narrativas, teatros ou expressões não-textuais foram linguagens utilizadas pelo grupo, que coletivamente formavam um idioma fenomenológico expressivo em seus significados simbólicos, retratando um mosaico universal compreensível da percepção socioambiental de Mata Cavalo. Discípula de Paulo Freire, Quadros (2004) considera que as imagens de uma linguagem não-verbal podem expressar, plasticamente, algo deles próprio para instaurar uma pedagogia que promova a comunicação entre o sujeito aprendiz e a consciência do mundo.

Com o objetivo de construir uma vida mais digna, a comunidade de Mata Cavalo elabora um conjunto de prática que se constitui um importante “*com-texto*” antropológico. Para além de uma organização político-social, a etnografia da comunidade torna-se um elemento essencial à proposta, uma vez que as danças e as músicas são percepções expressivas da identidade, pois, superando a noção lúdica, elas também representam uma tática de contestação e resistência. A pesquisa de Cambria (2006, p. 99) admite que a consciência negra do grupo do Candomblé de Dilazenze, da Bahia, mostra a “luta discursiva da identidade por meio da tática mais poderosa que eles possuem: a música-afro”. Compreendemos que elas são elementos vitais da produção de sentidos e, sem elas, a percepção do quilombola teria fragmentos em domínios isolados. Asso-

ciada às festividades biorregionais, exclusivamente religiosas, a casa (sem chaminé) era um ícone frequente nos desenhos, evidenciando que o *oikos* (figura 1) é a condição primeira de seus territórios: a casa escolhida para a reza; a casa que se responsabiliza pela dança do congo; a casa que é enfeitada para as orações ao São Benedito; a casa onde se reúnem as pessoas; e todas as casas dos habitantes de Mata Cavalo perfazem o mosaico identitário da cultura biorregional.



Figura 1: oikos do quilombo Mata Cavalo (foto de Michelle Jaber)

*“Nós devemos conservar nossa casa e em volta dela”* (D. Aurilia).

*“Onde eu moro é bonito, só precisa de uma casa bonita. Quero construir tudo o que desejo, produzir tudo o que Deus prometeu pra nós”* (D. Estivina).

*“A casa, o meu quintal, as bandeirolas coloridas, as crianças e a fogueira de São João”* (D. Fátima).

*“Se ‘arrodear’<sup>3</sup> uma árvore de uma vez ela morre de uma vez, mas se cortar só de um lado, ela brota”* (Seu Natalino).

*“Não pode destruir, é preciso usar só o que vai precisar”* (Seu João Batista).

3 As narrativas foram transcritas favorecendo as correções da língua portuguesa, para evitar possíveis preconceitos linguísticos relacionados com a condição econômica desfavorecida. Mantivemos algumas expressões regionais com o intuito de evidenciar as identidades da localidade. E em consonância com a pesquisa pós-moderna, permitimos que os nomes fossem revelados porque eles são coautores de um texto antropológico escrito por um coletivo educador ambiental.

Kant já anunciava a relação direta entre etnia e ecologia, principalmente quando ao refletir sobre a racionalidade, ponderava sobre o viés antropocêntrico que daria origem ao debate contemporâneo mundial. Na reflexão da “*tabula rasa*”, a civilização humana já provou que não somos neutros e o dualismo cartesiano entre mente e co-ração foi duramente questionado, dando vazão às novas teorias e práticas que possam evidenciar que estudar pode ser difícil, mas também pode ser afetivo. No tempero da racionalidade, a emoção contida na Educação Ambiental pode e deve promover táticas que possibilitem a autonomia das escolhas das chamadas comunidades marginalizadas.

Para Acserald (2005, p. 220), a razão utilitária hegemônica considera o ambiente “estritamente de recursos materiais, sem conteúdos sócio-culturais específicos e diferenciados”. A razão utilitária deu vazão à “sociedade de proprietários” (p. 221) e não foi sem razão que uma das participantes respondeu que os fazendeiros não faziam parte do ambiente, pois para ela, estes não são sujeitos históricos, mas usurpadores dos lucros:

A gente cuida de tudo, dos matos, dos passarinhos, daí vem os fazendeiros e destroem tudo, a gente tem que sair e ir pra outro lugar e fazer tudo de novo... O fazendeiro não tem história, ele não é parte do ambiente (dona Benedita).

Ao evocar a pedagogia do conflito por parte do GPEA, lembrando uma frase de Martin Luther King, na camiseta de uma manifestação do movimento negro de Mato Grosso: “nem tudo que se enfrenta pode ser modificado, mas nada pode ser modificado sem ser enfrentado”, reconhecemos coletivamente de que as artífices de ilusões são desmascaradas e o estranho também se manifesta infringindo nossos percalços. A negação dos conflitos ambientais, todavia, se encaixa na própria voragem das vidas fortuitas, do abrigo insondável do sofrimento, ou da evidência que a qualquer instante o opressor pode nos atingir. Haveria um limite? Entre o estorvo que nos cansa, a fraude se refaz, e a luta novamente é lembrada no descompasso disforme de um abismo que parece nunca estabelecer uma ponte ética de vida digna. Mas, a esperança permanece, ainda que num território onde os ponteiros do relógio se atrasam para marcar a hora da eco-justiça.

A concordância da existência dos conflitos demarca, assim, uma problematização da própria existência, na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la e poder transformá-la (FREIRE, 1977). Arriscando um comentário mais transgressor, talvez possamos reabilitar o primitivo no sentido surrealista oswaldiano, redirecionando a proposta antropofágica para uma devoração do sistema capitalista para digerir sua energia e devolvê-la à emergência da justiça ambiental. Afinal, um dos princípios do surrealismo é evidenciar a arte e o prazer como constituintes da luta contra o capital. A memória não é imutável e fixa, mas pode enveredar em outros caminhos, com olhares indagantes que desejam captar aquilo que Manoel de Barros diria sobre “grandezas do ínfimo”, ou dos movimentos diminutos e quase impercep-

tíveis, mas que marcham em direções múltiplas e desiguais. E é na experiência vivida que extraímos os ensinamentos para não esquecer o sofrimento corroído causado pelo opressor:

Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que o outro lhe dá ou impõe. O conhecimento, ao contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e reinvenção (FREIRE, 1977, p. 27).

Cumpramos sublinhar novamente que o caráter investigativo do projeto tem interesses acadêmicos e, portanto, as táticas pedagógicas do curso buscam a essência da pesquisa à compreensão do território e identidade de Mata Cavallo. Assim, a segunda parte do curso iniciou com a apresentação de um vídeo produzido pela equipe GPEA, que incitava a reflexão para que o resultado do curso oferecesse também os dados da pesquisa. A tela foi montada precariamente, mas, capaz de projetar qualquer filme inesquecível, começava com imagens do Universo, a Via Láctea, os primeiros sinais da Terra e do mundo, movendo-se aos cenários brasileiros e mato-grossenses, para então focalizar a visão do global ao local de Mata Cavallo. A reação identitária foi muito expressiva neste momento, e os participantes evocavam sorrisos, citando os nomes dos habitantes de Mata Cavallo que ali desfilavam. A paisagem de estrelas retornava nos sonhos de cada personagem, como se a música de fundo acendesse uma dança audaciosa de identidade. Talvez incontáveis “eu te amo” foram pensados, pois ainda que os acordes da dor daquela gente se revelassem desfigurados, a ramagem das expressões vestia em vozes gestos e encantamentos de um íntimo contato com outras cenas. Uma emoção coletiva tomou conta daquele momento, como uma flor em perfumes que dança afinada, numa vigília em chamas pela mansidão e pela coragem de quem luta para além de si mesmo.

Como prosseguimento, diversas cartolinas com a carta de Mata Cavallo assinalavam alguns locais mais conhecidos, e o convite era para que os participantes completassem a cartografia local, esmiuçando os detalhes das ruas sem asfalto, das poeiras sem dias de chuva, das casas e relações de vizinhança, de locais de reza, dança ou festejo. Descobrimos as noções geográficas, muitos sentiram dificuldades em discernir esquerda da direita, ruas paralelas ou transversais, marcas das paisagens (*landmarks*) ou até a localização de suas próprias casas. O alvoroço se estabeleceu no misto do desafio, e o diálogo demorado (mais do que o esperado) possibilitou a construção de mapas mentais de um território que os próprios moradores assinalavam, por meio de desenhos, escritas ou apenas nas narrativas para que alguém mais destro no lápis pudesse registrar. Quais problemas ambientais poderiam ser revelados? Como expressar os dilemas sociais? Uma cruz revelaria o local do cemitério? Amarga e surpreendentemente, porém previsível, Mata Cavallo tem 4 cemitérios, contudo absolutamente nenhum hospital.

A cartografia rabiscava a imagem como se fossem páginas de um livro de uma longa viagem. Os versos das orações de São Benedito poderiam ser escritos pelos desejos desta gente crédula, ou também os atalhos de corpos sofridos na miragem de um espelho que sombreia vertigens. Havia também adivinhações, onde espaços pequenos eram tomados de sinais assinalados, revelando o desvario do caos, num território não habituado ao equilíbrio socioambiental. A febre desatinava em tormentas em algumas partes do mapa mental, em corpos folheados de cortes e recortes, em rabiscos na pedra que entoavam ventanias e engoliam a paisagem em ruínas.

A paisagem de casas, pessoas, árvores e pássaros cantantes servia como amálgama dos próprios destinos e os sinais que nem eram percebidos, tornavam-se marcas da paisagem de uma cartografia artesanal, detalhada coletivamente, na direção da produção histórica, mas também artística dos habitantes de Mata Cavallo. A metamorfose parecia assoprar o ar, voando em janelas abertas, no mergulho em saliências de um quadro de arte surrealista, ou em reproduções que lentamente se moviam para fora de um pedaço de papel. O mapeamento ia tomando forma; entre espasmos e rabiscos, a imagem ia desvendando o território e a temporalidade de Mato Cavallo, revelando também o que se perdeu e o que poderia ser feito na recuperação histórica e ambiental daquele pequeno local.

A memória passeava como matéria bruta das invenções dos projetos ambientais que talvez possam suavizar as dores agonizantes da terra e da sua gente. Os quadros disformes e desordenados conseguiam, em conjunto, dar lucidez do território, na descoberta do local, para o GPEA e para a própria comunidade. Se antes a orientação dos Projetos Ambientais Escolares Comunitários não estava clara, o primeiro dia do curso reviveu os limites e as possibilidades, oferecendo uma cartografia coletiva de esperanças. E talvez muitos tenham se perguntado em silêncio: “como posso ajudar a construir um outro mundo”? A identidade não tem começo, meio ou fim, mas, se emaranha na memória que vem e que simultaneamente escapa de nós mesmos.

Inconcluída a segunda parte, por ausência de tempo e pela fome que assolava a todos nós, uma nova paisagem ia sendo desenhada pelo repertório pedagógico que ganhava novas significações. Com um calendário já discutido e aceito coletivamente, o GPEA retornará novamente ao prosseguimento do processo de formação com forte cunho investigativo. Ao invés dos estudantes se dirigirem à universidade, o movimento contrário carrega a sensação da importância comunitária e para além de meramente ensinar conceitos, a equipe universitária dialoga com a comunidade, aprendendo a desenhar uma nova educação ambiental popular. Estamos confiantes de que instalamos um ambiente cultural que enfrenta não apenas a gravura do território, mas agora no movimento contrário ao vídeo exibido, e desta vez, do local ao global. O aprendizado consubstancia atitudes de mudanças, influenciando no ânimo, na vontade e na constatação de que cultura e natureza são dimensões intrinsecamente conectadas e dependentes entre si.

Por fim, a clausura do curso de formação acena com um apetitoso almoço, servido com o dinheiro do projeto, ainda que minguaado e destinado aos processos de pesquisa e não de extensão. Vale sublinhar que não é servido somente ao GPEA e aos participantes do curso, mas também ao grupo de trabalhadores que estão próximo ao local do curso, além de alguns aventureiros, conduzidos pelo cheiro da boa comida, que se achegam e celebram conosco momentos de trocas afetivas e experiências de vida.

Este talvez fosse um ponto crítico merecedor de outro debate mais extenso, já que o papel da universidade se situa numa linha tênue entre assistência e assistencialismo. Palco de controvérsias, a problemática se divide entre os defensores do papel social da universidade e os dogmas de uma avaliação perversa, que além de incitar a competição hierárquica, teima em ser a favor das ciências e técnicas a todo custo, como se os conhecimentos acadêmicos fossem os únicos possíveis à mudança do mundo. Entre a universidade burguesa e a universidade progressista, conjugamos nossos sonhos com Paulo Freire, propondo uma contrapedagogia que promova a tomada de consciência pela classe oprimida, como condição *sine qua non* para a transformação revolucionária do sistema social neoliberal. E não temos dúvida sobre dar o peixe ou ensinar a pescar, pois:

Eu entendo que às vezes é preciso se fazer gestos que são assistenciais. Só que estes não podem substituir nem a reforma agrária, nem a tributária, nem a previdência. Muitos ficam em dúvida sobre dar o peixe ou ensinar a pescar. Eu digo que tem que dar peixe, ensinar a pescar, às vezes tem de ensinar onde está o rio e tem de ajudar a conquistar o rio também, pois ele geralmente está nas mãos de três ou quatro oligarcas (CASALDÁLIGA, 2003, p. 3).

O legado histórico da academia traz a indelével marca da racionalidade da pesquisa, onde docência e vivência comunitária são cunhadas como atividades de menor valor científico. No cenário globalizador da competição neoliberal, a universidade acolhe as concepções empresariais, não apenas nos “mestrados profissionalizantes” (ou popularmente chamados de especialização “metida a besta”), como nos convênios com segmentos de poder capital e com políticas muito próximas à falência da universidade pública. Porém, alvo de críticas ao autismo que promove a miopia social, sua dinâmica confere uma abertura para que além dos projetos de pesquisa, haja acolhimento da formação e da vivência comunitária sustentada em três pilares indissociáveis do cotidiano universitário.

Na nossa vivência em Mata Cavalu, percebemos que o conceito de violência revela-se material, com evidência na posse e uso das terras. Diversos problemas ambientais são lembrados, como o destino final dos resíduos sólidos, o aumento da degradação das terras por processos de erosão e garimpo, o desflorestamento em função do pasto, ou a invasão de capim exótico e a perda da biodiversidade. As solicitações dos moradores carregam alguma flâmula de um *mea culpa* de um território mais pro-

duto, como necessidade de granjas, hortas, apiários ou qualquer coisa que o Banco Mundial chamaria de geração de renda. Mas, esperamos que a razão material se desfaça lentamente, na recuperação do acervo cultural das identidades ali expostas, como lugares-comuns das violências que conseguem degradar a dimensão ética e moral da sociedade. Parece que só lembramos da violência moral quando os selvagens golpes da existência são revelados na sangrenta ausência de opções.

A linguagem constitutiva do projeto reconhece a relação do mundo da cultura e o mundo da natureza, onde um sujeito pode mudar o outro, e coletivamente, podem mudar o mundo. Nas linguagens discursivas em movimento perene, a função acadêmica não pode se esquivar dos excluídos sociais que não tiveram acesso à educação escolarizada, ou dos que lançam suas vozes para que a audiência seja a escuta sensível contra as demências produzidas pelo capitalismo. Advinda dos “*grassroots*” de vanguarda, como foi o movimento de maio de 68 na França, a universidade brasileira necessita rever constantemente sua existência em suas formulações conceituais, princípios de liberdade e contribuição ao processo revolucionário de mudanças. “O revolucionário jamais pode afirmar que num sistema decimal,  $4 \times 5$  são 18 só para ser do contra, mas ele pode discutir o significado da multiplicação numa sociedade capitalista” (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES, 1995, p. 51). O resto soa como uma retórica de pássaros que cantam sem saber o que cantam, diria Octavio Paz, pois para este tipo de aves, todo entendimento está limitado em suas gargantas.

Se Hanna Arendt (1993) estiver correta, há que se recuperar a dicotomia entre o céu e a terra; e entre a religião e a política, construindo maneiras de libertar o ser humano de suas grades prisioneiras, pela capacidade política de se descobrir um novo universo. O compromisso do GPEA não nega seu papel acadêmico enquanto produtor de conhecimentos, porém expande seus horizontes, abraçando a docência e a comunidade no bojo de suas proposições. O projeto Mata Cavalos, assim, implica em sujeitos livres que reconstróem o mundo, em suas existências inacabadas, fenomenologicamente incompletas, e por isso, vai construindo seu conhecimento significativo, conforme os limites e possibilidades do território que se propõe atuar. René Magritte, um pintor surrealista belga, foi consistente quando expressava que a liberdade é a possibilidade de ser, mas jamais poderá ser a obrigação de ser.

Para além da racionalidade, é preciso amanhecer em pleno sol, entre poemas negros e brancos; e nos diálogos entre os saberes universais e os biorregionais. Assim, a mesma suavidade da brisa pode tocar a dureza da pedra abandonada. A vitalidade carnal e espiritual poderá conviver com a tenaz tradição ao lado dos ritmos do atrevimento; com a capacidade de transgredir sistemas para que o coletivo seja uma vanguarda de uma primavera não mais silenciosa, mas que liberte seu grito para um planeta de todos. Mas que também saiba ouvir o silêncio e apreciar as chuvas, em espaços abertos de nuvens brancas em céus escurecidos, fitando o horizonte que se mescla no desejo de não mais querer ser vítima, na verde esperança de reinventar a noção do próprio sujeito para que a liberdade dos sentidos e da paixão nos permita sempre sonhar.

Seria, afinal, possível construir um mundo mais justo? Não sabemos dar esta resposta por meio de sucessos ou de produtos finais, senão pelo processo de luta. Ainda que a derrubada do sistema excludente esteja morosa e talvez inalcançável, os ideários de mudanças estão impregnados na nossa capacidade de resistência, ousadas e aspirações. Ao mundo racista, automutilado por doenças liberais desde outrora da civilização escravagista, queremos dar a guinada histórica que restaure a herança africana no mosaico da brasilidade. No bojo da luta, o despertar da consciência histórica poderá dar o sabor de reinventar formas criativas de ativar as identidades de quem somos e como situamos no mundo para transformá-lo, pois educar é também reinventar o poder. A gente sofre, a gente luta, e ainda que não tenhamos uma resposta a esta pergunta, temos uma esperança: A nossa palavra é sempre sim!

A memória percorre  
entre barbáries  
a dor  
sanguês frios  
nas vagas ondas de navios negreiros  
a herança

A estrada prossegue  
entre pelejas  
a luta  
lâminas frias  
nos opressivos poderes espinheiros  
a intemperança

A partilha revive  
entre diálogos  
o pão  
águas frias  
nos territórios quilombos justiceiros  
a esperança

(Mata Cavalo, por Michèle Sato)

## Referências

- ACSERALD, Henri. Justiça ambiental: narrativas de resistência ao risco social ampliado. In: FERRARO, L.; (Org.) **Encontros e caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores**. Brasília: DEA-MMA, 2005, p. 219-228.
- ARENDDT, Hannah. **A Condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- BACHELARD, Gston. **Filosofia do novo espírito científico**. Lisboa: Presença, 1972.
- BEALL, J., CRANKSHAW, O., and PARNELL, S. Victims, Villains and Fixers: the Urban Environment and Johannesburg's Poor. **Journal of Southern African Studies**, v. 26, p. 833-855, 2000.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Coordenadoria de Agroextrativismo. **Comunidades Quilombolas em Mato Grosso**. Brasília: Relatório de Consultoria, 2006 (mimeo).
- BULLARD, Robert. Environment and morality: confronting environmental racism in the United States. In: **Identities, conflict and cohesion**. Paper n. 8, 2000, 32p. [<http://www.unrisc.org/unrisc/document.nsf>] [retrieved march 16, 2008].
- CAMBRIA, Vincenzo. A fala que faz: música e identidade negra no bloco afro Dilazenze (Ilhéus, Bahia). **Revista Antropológicas**, ano 10, v. 17, n. 1, p. 81-102, 2006.
- CASALDÁLIGA, Dom Pedro. Entrevista com Dom Pedro Casaldáliga (23/02/2003). Entrevistador: Rodrigo Vargas. Cuiabá: Diário de Cuiabá, 2003. Disponível em: <<http://www.servicioskoinonia.net/pedro/textos/0302EntrevistaDiarioCuiaba.htm>> Acesso em: 15mar2008.
- DIBARTOLOMEIS, Michael. Environmental justice as a component of environmental decision-making, in *Environmental Toxicology and Human Health*, [Ed. Tetsuo Satoh], in **Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS)**, 2004. Developed under the Auspices of the UNESCO, Eolss Publishers, Oxford ,UK, [<http://www.eolss.net>] [Retrieved September 20, 2007].
- ELZINGA, Christiaan. The ability to learn, a critical factor in environmental justice. **Environmental Justice: global ethics for the 21<sup>st</sup> century**. Nature and human society Section. University of Melbourne, October 1-3, 1997, 12p. [<http://www.abp.unimelb.edu.au/envjust>] [retrieved may 3, 2005].
- FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GADOTTI, Moacir; FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia: diálogo e conflito**. São Paulo: Cortez, 1995.
- LOWY, Michael. **Método dialético e teoria política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- NASCIMENTO, Abdias. **O quilombo**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- PORRAS, Carlos. **La CAUSA**. [<http://www.ejrc.cau.edu/voicesfromthegrassroots.htm#carlos%20porras>] [retrieved march 16, 2008].
- QUADROS, Imara. Vivência simbólica na escola: apenas um olhar. In: TEIXEIRA, M. C. (Org.). **Imaginário do medo e cultura da violência na escola**. Niterói: Intertexto, 2004, p. 19-24.
- RIBEIRO, Tereza; PACHECO, Tânia. **Mapa de conflitos causados por racismo ambiental no Brasil**. Rio de Janeiro: FASE & Rede Brasileira de Justiça Ambiental, 2007 (mimeo).

SATO, Michèle et al. Jogo de luzes: sombras e cores de uma pesquisa em Educação Ambiental. **Revista de Educação Pública**, v.13, n. 23, p. 31-55, 2004.

SENRA, Ronaldo. **O antipedagogismo da educação ambiental**. Cuiabá: 2007, 69p. Trabalho de Conclusão de Curso da Pedagogia - Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso.

SILVA, Padmasiri. Linking nature, ethic and cultural through effective environmental discourse. **Environmental Justice: global ethics for the 21<sup>st</sup> century**. Strategies and practices for resolution of environmental conflict Section. University of Melbourne, October 1-3, 1997, 12p. [<http://www.abp.unimelb.edu.au/envjust>] [retrieved may 3, 2005].

SIQUEIRA, Maria L. **Quilombos no Brasil e a singularidade de Palmares**. Salvador: Secretaria de Educação, Prefeitura Municipal, sem data. [<http://www.smec.salvador.ba.gov.br/documentos/quilombos-no-brasil.pdf>] [capturado 15mar 2008].

ROBINSON, Deborah. **Environmental racism: old wine in a new bottle**. [<http://www.wcc-coe.org/wcc/what/jpc/echoes/echoes-17-02.html>] [retrieved march 16, 2008].

VYGOTSKY, Lev. **Pensamiento y Lenguaje**. Habana: Edición Revolucionária, 1996.

WIGLEY, Daniel; SHRADER-FRECHETTE, Kristin. **Environmental racism and biases methods of risk assessment**. [<http://www.piercelaw.edu/risk/vol7/winter/wigley.htm>] [retrieved march 16, 2008].

Recebimento em:	01/04/2008
-----------------	------------

Aceite em:	10/04/2008
------------	------------